

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FÁBIO LUIZ SELVO DO NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM: JOVENS EM SITUAÇÃO IRREGULAR OU
JOVENS FUTURO DA NAÇÃO**

CURITIBA

2018

FÁBIO LUIZ SELVO DO NASCIMENTO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM: JOVENS EM SITUAÇÃO IRREGULAR OU
JOVENS FUTURO DA NAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Sociologia Política, no Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Setor de Humanidades, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

FÁBIO LUIZ SELVO DO NASCIMENTO

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM: JOVENS EM SITUAÇÃO IRREGULAR OU JOVENS FUTURO DA NAÇÃO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no Curso de Sociologia Política, Setor Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.Dr. Paulo Roberto Neves Costa
Departamento Ciência Política, UFPR

Cidade, 16 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo por mudar as coisas, por nunca fazê-las serem da mesma forma, pois assim não teríamos o que pesquisar, o que descobrir e o que fazer, pois através disto consegui concluir a minha monografia.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

A educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo.

(Nelson Mandela, 1953, p.1)

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar políticas públicas pensadas para a juventude brasileira. Para tanto, propõem-se analisar quem é essa juventude. Parte-se, então, de duas variáveis, jovens sujeitos de direito, que serão chamados para pensar soluções para os problemas do país, ou os jovens problema, que terão políticas com caráter punitivo. Corrobora com a pesquisa, autores que dedicaram atenção a temática, primeiramente conceituando a juventude contemporânea, como Koerich. Outro autor importante para entender o atual momento social, é o sociólogo Wacquant, que procura demonstrar, como tem-se utilizado a perseguição de parte da sociedade, e aí incluem-se alguns jovens classificados como delinquentes, para que governos justifiquem medidas de gasto em segurança, e coloquem em prática projetos neoliberais. Para mudar tal situação é preciso mais que espaços participativos para os jovens, é preciso estimular sentimento de pertencimento em relação a suas ações diárias oferecendo espaço para o desenvolvimento de liderança dos adolescentes e jovens, mas é importante também, dar voz na cena política.

Palavras-chave: Jovem sujeito de direitos. Jovem problema. Políticas Públicas

ABSTRACT

This work intends to present public policies for the Brazilian youth. For this purpose they propose to analyze who this youth is. Then there are two variables, young subjects of law, who will be called to think solutions to the problems of the country, or young problem, who will have policies with punitive character. It corroborates with the research, authors who dedicated attention to the theme, first conceptualizing the contemporary youth, as Koerich. Another important author to understand the current social moment is the sociologist Wacquant, who tries to demonstrate, as has been used the persecution of society, and there include some young people classified as delinquents, so that governments justify expenditure measures in security, and put neoliberal projects into practice. To change this situation requires more than participatory spaces for young people, it is necessary to encourage a sense of belonging in relation to their daily actions, offering space for the development of leadership of adolescents and young people, but it is also important to give voice to the political scene.

Key-words: Young subject of rights, Young problem, public policy

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Doutrina da Situação Irregular versus Proteção Integral **Erro! Indicador não definido.**

TABELA 2 – Alunos ingressantes e desistentes no Projovem Urbano **Erro! Indicador não definido.**⁴

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FIES	- Programa de Financiamento Estudantil
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PROJOVEM	- Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONASCI	- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRONATEC	- Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego
PROTEJO	- Proteção dos Jovens em Território Vulnerável
PROUNI	- Programa Universidade para Todos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ENTENDENDO O CONCEITO DE JOVEMERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.3	
2.1	A IDENTIDADE JUDICIAL DO JOVEM	13
2.2	O JOVEM QUE A MIDIA IDENTIFICA. ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
3	ESTADO PENAL, UMA CARACTERISTICA DO NEOLIBERALISMO	17
4	ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVEM FUTURA DA NAÇÃO E PARA JOVEM PROBLEMAS	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre juventude vem ganhando cada vez mais espaço, tanto nas mídias, como no meio acadêmico, e isso reflete na formulação de políticas públicas para essa parcela da sociedade.

No Brasil, a inclusão do jovem na agenda política, ganha espaço a partir do que se chamou de Princípio da Proteção Integral da criança e do adolescente, tendo como marco de origem legal a Constituição Federal de 1988, mais precisamente o seu dispositivo 227. Nele o constituinte estabeleceu como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

De acordo com Sposito e Carrano (2003), o que vai influenciar na formulação de políticas públicas para juventude é o lugar social que esse sujeito ocupa no imaginário coletivo. Entendendo, que há políticas para os jovens considerados ameaça social, em que para estes, adota-se um caráter coercitivo, já, políticas orientadas para jovens como sujeitos ativos socialmente, propõem-se oportunidades para participar na solução de problemas sociais.

Dentro dessa perspectiva, este trabalho busca apresentar algumas políticas públicas para juventude no Brasil. Tendo como foco duas variáveis que irão orientar na proposição de tais políticas: (1) conceito de jovem problema; e (2) conceito de jovem sujeito de direito. Utilizar-se-a o estudo bibliográfico como metodologia.

Propõem-se no primeiro capítulo, refletir sobre a construção dos conceitos de “jovem futuro da nação e jovem problema”. (KOERICH, 2016, p. 32). Como se constrói a imagem do sujeito ameaça, “delinquente juvenil” proposto por Saezi. (SAEZI, 2017, p. 7). E como esses jovens podem ser ouvidos, já que como constata Gohn “...são sujeitos sociopolíticos, historicamente excluídos das arenas de participação”. (GOHN, 2014, p. 13).

No segundo capítulo, analisa-se a partir da proposta de Wacquant, que aponta a um caminhando de Estado penal, tendo como características, denúncias virulentas da “violência urbana”, vigilância intensificada nos chamados bairros-

problema, maior temor e repressão da delinquência juvenil, reflexo da expansão do sistema neoliberal. (WACQUANT, 2011).

No terceiro capítulo, busca-se apresentar políticas públicas destinadas a classe juvenil.

Por fim, far-se-á as considerações finais.

2 ENTENDENDO O CONCEITO DE JOVEM

Ao referir-se ao termo jovem, analisa-se aqui, não como categoria meramente biológica, mas à uma condição histórica que se constrói socioculturalmente. Na luta simbólica por definir o jovem e os modos legítimos de ser jovem, os meios de comunicação ocupam um lugar relevante.

Desde o surgimento da sociedade industrial burguesa exigiu-se dos jovens um longo e árduo ritual de adaptação às funções da vida adulta. Segundo Elias (1994), o processo civilizador impôs exigências inéditas em termos de especialização funcional, diversificação de carreiras e, em consequência, do aumento do tempo de aprendizagem juvenil necessário para o desempenho de tarefas adultas. A intensificação dos processos de reestruturação produtiva, informatização da produção e hegemonia cultural do mercado acirrou a concorrência meritocrática e impôs aos jovens o imperativo da formação e qualificação permanente como forma de garantir acesso às profissões que prometem maior ganho e prestígio social. (LIMA, 2014, p. 351).

Uma imagem presente é uma visão romântica da juventude que veio se cristalizando a partir dos anos de 1960, resultado, entre outros fatores, do florescimento da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens, que se traduziu, em modas, adornos, locais de lazer, músicas, revistas etc. Nessa visão, a juventude seria um tempo de “liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos”. (LECCARDI, 1991, p. 16). A essa idéia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil. Mais recentemente, acrescenta-se uma outra tendência de perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais. (LECCARDI, 1991).

2.1 A IDENTIDADE JUDICIAL DO JOVEM

As concepções ligadas à idéia de juventude e adolescência como fases da vida numa concepção geracional, assim como um momento de vida, um período de

transição entre a infância e a vida adulta, entre a dependência e a maturidade, trazem compreensões que corroboram, de certa forma, o recorte etário. No Brasil, de acordo com a tradição do direito romano-germânico, baseia a definição de juventude, em critérios etários objetivos, assim para o legislador, deverá levar em consideração como definidor do conceito de juventude a idade.

A Organização das Nações Unidas (ONU), indicou a fase entre 15 a 24 anos a idade média de juventude, mas admitiu que cada país pode adotar uma faixa jovem diferencial.

Assim, no Brasil, Estatuto da Juventude, criado pelo Projeto de Lei 4.529/04, caracteriza como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos, o que inclui mais de 20% da população brasileira, segundo dados do IBGE (2010). A partir desta norma, as pessoas entre 15 e 18 anos estarão sobre um duplo estatuto de proteção, enquanto adolescentes pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e enquanto jovens. Importante destacar que pela leitura do Projeto não se depara com direitos conflitantes nos dois estatutos, podendo afirmar que haverá unicamente uma ampliação de direitos e leve diferenciação do tratamento dos jovens incapazes.

Amorim (2011) defende que o ECA não trata o adolescente, com a devida responsabilização e autonomia. Erro que o Estatuto da Juventude pode socorrer. É esta a oportunidade de o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade abandonar o vício de infantilizar e vitimizar o jovem adolescente.

Por outro lado Lins, Figueiredo e Silva (2016) propõe estimar em que medida a legislação penal produz os efeitos esperados, este, deve ser um dos principais desafios enfrentados por pesquisadores e gestores governamentais. A falta de dados, tem gerado dificuldade para a implementação de políticas públicas eficazes já que o processo de elaboração depende do conhecimento sistemático da realidade. Por exemplo, quando se fala de maioridade penal, Soares (2007) afirma que a maior parte do debate é baseada em "achismos". Na ausência de dados, o que sobra para informar a elaboração de políticas públicas são elementos como ideologia e emoções. O efeito disso, como salienta Stol (2009) é que a produção das políticas públicas acaba sendo guiada por critérios não técnicos, violando a tendência contemporânea de *evidence-based policy*. Ou seja, a necessidade de seguir estudos científicos robustos no processo de elaboração e implementação das ações governamentais. (STOL, 2009, p.11).

2.2 O JOVEM QUE A MIDIA IDENTIFICA

Para Saez (2017), a mídia tende a dar ao jovem o enfoque de jovem como risco. Baseada nos estereótipos com que os caracterizam, dão a ideia de vigilância sobre seu comportamento e castigos para o comportamento inadequado. Assim, tendo como base pesquisa a partir de uma perspectiva socioeducativa, onde analisa as práticas discursivas produzidas pela imprensa da cidade de La Plata, na Argentina, e sobre o fenômeno da violência na escola no período de 1993-2011. A pesquisadora observou que a imprensa platense coloca a juventude no espaço escolar como um grupo de risco, ao invés de enxergá-los como sujeitos de direito. Esse enfoque considera o jovem como problema que se corrige e não como potencialidade que se promove. (SAEZ, 2017, p. 19).

Os jovens tratados como grupo de risco recebem denominações do tipo: “precoces, frágeis, desprotegidos, a cara do caos”. (SAEZ, 2017, p. 27). A autora destaca ainda, que a mídia até considera a precária situação estrutural em que crescem as novas gerações, mostrando a existência de grupos de jovens excluídos, porém não faz referência alguma a condição cidadã desses jovens e aos direitos inalienáveis que a eles correspondem.

Com a Convenção Internacional dos Direitos do Jovens de 1990, se desenvolve um novo enfoque, vê-se os jovens como sujeitos de direitos. Assim, sem desconsiderar que estes jovens enfrentam situações de risco, assume que estes são cidadãos e tem, a partir desta condição, direitos que a sociedade e o Estado devem respaldar, procurando garantir de forma extendida e profunda tal vigência a todos os níveis. Por exemplo, o acesso à educação não deve ser visto como uma concessão ou um favor do Estado, mas como um direito cuja vigência deve estar assegurada. A mudança de paradigma é relevante, na medida em que permite disputar sentidos sobre os modos do jovem.

Para Koerich (2016) o Estado vai classificar o jovem, e qual sua resposta, de acordo com a concepção dada a este conceito. Por exemplo, se esses jovens fazem parte do imaginário, que lhe é atribuído o papel de futuro da nação, terá acesso a Programas de Inclusão, pois é depositado nestes jovens a esperança de um futuro melhor para o país, sendo lançados a categoria de cidadãos. Por outro lado, se os “jovens futuro da nação” encontram obstáculos em assumir seu destino, e passa a

ser um “jovem problema”, são negado os direitos, inclusive no nível do discurso. KOERICH, 2016, p. 14)

Nesse processo, se estabelece uma lógica de política para, e não com a juventude percebido sobre tudo no campo de políticas de segurança pública. Nesse caso percebendo a juventude como um grupo de risco, uma ameaça a ordem social.

No próximo capítulo, vamos acompanhar o estudo do sociólogo Loïc Wacquant, que procura demonstrar, como o “novo” bom senso foi forjado nos Estados Unidos sendo uma arma em sua cruzada para dismantelar o Estado de bem-estar, apoiado na Ideologia econômica neoliberal. E inclui maior repressão à chamada delinquência juvenil.

3 ESTADO PENAL UMA CARACTERÍSTICA DO NEOLIBERALISMO

Por toda a Europa, os governos vem se rendendo à tentação de recorrer à polícia, aos tribunais e a prisão para estancar as desordens geradas pelo desemprego em massa, a generalização do trabalho assalariado precário e o encolhimento da proteção social. Pânicos morais, influenciando os rumos das políticas estatais, tendo por objeto, a delinquência juvenil, a violência urbana e os múltiplos distúrbios, cujos centros de irradiação seriam os bairros sensíveis, e as incivildades. Tais temas, são encontrados e caracterizadas por toda a parte, que acabam parecendo naturais. Sendo utilizados nos discursos políticos, entopem os jornais e a televisão, e chegam a politólogos e sociólogos hábeis, que aproveitam o momento para produzir livros de ocasião, que segundo Wacquant “com a desculpa de atacar as ideias feitas outorgam-lhe a dignidade de fatos sociais” (WACQUANT, 2011, p. 27).

O autor descreve o *modus operandi* dessa nova ordem, em que Instituições, agentes e suportes discursivos, tem atuado por meio de notas de consultores, relatórios de comissão, missão de funcionários, intercâmbios parlamentares, colóquios de especialistas, livros eruditos ou para o grande público, entrevistas coletivas, artigos de jornais e reportagens de tv, entre outras. Dessa forma, ditam o novo senso comum penal visando criminalizar a miséria. Assim, esses instrumentos vão fomentar uma ideologia econômica e social fundado no individualismo e na mercantilização. (WACQUANT, 2011, p. 29).

Essas noções não brotam espontaneamente, elas fazem parte de uma vasta constelação discursiva de termos e teses vindas dos Estados Unidos sobre o crime, a violência, a justiça, a desigualdade e a responsabilidade do indivíduo.

A banalização desses lugares comuns dissimula um risco que muito pouco tem a ver com os problemas aos quais se referem ostensivamente: a redefinição das missões do Estado que, em toda a parte, se retira da arena econômica e afirma a necessidade de reduzir seu papel social e de ampliar, endurecendo-a, sua intervenção penal.

A difusão da defesa do uso de estratégias coercitivas contra os pequenos crimes como forma de combater a violência em geral, baseia-se na disseminação da ideia-chave da política conhecida como "tolerância zero" (chamada pelas

autoridades locais de programa de "qualidade de vida"): para cortar o mal pela raiz seria necessário reprimir até os menores delitos, as "incivilidades" que perturbam o "bom cidadão". Resultado: monta-se um aparato repressor policial-penal que acaba por criminalizar a miséria. Note-se que, para isso, a "segurança" é definida em termos estritos. Não se está preocupado em assegurar condições de salário ou saúde à população citadina em geral. Nem, por outro lado, se adota a mesma estratégia de intolerância com, por exemplo, os crimes de colarinho-branco. (WACQUANT, 2011, p. 42).

A doutrina nova-iorquina é louvada como a panacéia universal, e de aplicação simples, para todos os males da sociedade: criminalidade, "parasitismo social". Por outro lado, tal doutrina, cria um fosso de desconfiança social. Fazendo com que membros das classes populares reprimidas à margem do mercado de trabalho e abandonadas pelo Estado assistencial, se tornem seu principal alvo.

Em tal contexto, o jovem é visto como alguém que precisa de corretivos, nas palavras de Charels Murray, idealizador do Tolerância Zero, "é preciso impor a força civilizadora do matrimônio sobre os jovens que são essencialmente bárbaros". Conceito compartilhado por Frank Field, Ministro de assuntos sociais de Tony Blair, para quem "os maus pobres" devem ser capturados pela mão de ferro do Estado, e seus comportamentos, corrigido pela reprovação pública e pela intensificação das coerções administrativas e das sanções penais. (WACQUANT, 2011, p. 48)

Conforme uma pesquisa citada por Wacquant, quase 80% dos homens jovens negros e latinos de Nova Iorque foram presos e revistados ao menos uma vez. Com isso, mais de um terço dos negros que têm entre 18 e 29 anos nos Estados Unidos está sob a ação do sistema policial-penal de alguma forma – efetivamente presos ou, por exemplo, sob liberdade condicional. E não porque os negros tenham uma inclinação maior para o crime. Estima-se que eles representem 13% do total de consumidores de drogas – e, no entanto, compõem mais de um terço das pessoas detidas e três quartos das pessoas presas por violação das leis antinarcóticos. Essa constatação se torna mais assustadora quando lembramos que, em geral, os que respondem ao sistema penal não podem votar – uma nova forma de exclusão de quadros votantes três décadas depois de se aprovar a legislação de direitos civis que estendeu o direito de voto aos negros. Ou seja: a "qualidade de vida" do Estado penal americano é para poucos.

Ao mesmo tempo, é também uma maneira de reeducar os segmentos mais baixos do mercado de trabalho para as novas regras do jogo – empregos menos seguros, com condições mais precárias. O crescimento do Estado penal acompanha, conforme o argumento de Wacquant, “a tão aclamada retirada do Estado da economia, bem como a diminuição dos recursos destinados a programas sociais”. (WACQUANT, 2011, p.123). E a articulação desses três elementos – ampliação do sistema penal, liberalização econômica e abandono ou redução das políticas sociais – faz parte de um programa conhecido como Consenso de Washington, tendo como principais características: austeridade orçamentária e regressão fiscal, contenção dos gastos públicos, privatização e fortalecimento dos direitos do capital, abertura ilimitada dos mercados financeiros e dos intercâmbios, flexibilização do trabalho assalariado, e redução da cobertura social. Para Wacquant, o tratamento punitivo de insegurança e marginalidade sociais são consequências lógicas dessas políticas.

Essa estratégia policial-penal, portanto, não é exatamente um meio de garantir o cumprimento das regras para o bom funcionamento da sociedade, como se poderia pensar de uma perspectiva que se ocupasse essencialmente do caráter normativo dos fenômenos sociais. Conforme a perspectiva sobre a qual Wacquant trabalha, trata-se de um instrumento de construção de uma determinada política aliada à generalização da insegurança salarial e social, um instrumento para encerrar a pobreza, para excluir os indesejáveis. E também, aliada à defesa da idéia de que qualquer emprego é melhor que nenhum, a criminalização da miséria contribui para conformar o trabalho a uma situação de precariedade que ascendeu com o neoliberalismo em seu caminho para sepultar o keynesianismo e outras opções mais à esquerda.

A contribuição de Wacquant, também é uma forma de examinar políticas públicas, porque percebe que os alvos declarados da estratégia a ser analisada são também parte dela, e porque, assim, pode passar às questões seguintes, sobre a extensão das consequências de tais políticas, livre da miopia que sempre se apresenta como risco diante de temas como esse.

4 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS FUTURO DA NAÇÃO OU JOVENS PROBLEMAS

A Doutrina da Proteção Integral, rompeu com a situação irregular existente sobre a questão juvenil no Brasil. Para consolidar as diretrizes da carta magna foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 13 de julho de 1990.

Brancher (2000) apresenta um estudo, onde identifica como era antes, e como fica a partir das mudanças propostas com a Doutrina de Proteção Integral, como segue descrito na (TABELA 1). Quando analisamos as duas doutrinas – da situação irregular e da proteção integral – verificamos o quanto as duas são diferentes.

TABELA 1 – DOCTRINA DA SITUAÇÃO IREGULAR E DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Aspectos	Anterior	Atual
Doutrina	Situação Irregular	Proteção Integral
Caráter	Filantrópico	Política Pública
Fundamento	Assistencialista	Direito Subjutivo
Centralidade Local	Judiciário	Município
Competência Executória	União/Estados	Município
Decisório	Centralizador	Participativo
Institucional	Estatal	Co-Gestão Social Civil
Organização	Piramidal Hierarquico	Rede
Gestão	Monocrática	Democrática

FONTE: Leoberto Narciso Brancher, 2000, p. 126,

Assim, os anos 90 foram marcados igualmente pelo surgimento e luta de diversos setores da sociedade civil que pressionaram o poder público a reconhecer problemas sociais específicos que afetam a juventude. Segundo Andrade (2010) a abertura de diálogo entre governo, movimentos sociais, partidos políticos e ONG's, pastorais, entre outros, permitiu que em 2004 a construção de uma agenda comprometida na sua superação de conceitos e “ações tradicionais” limitadas a oferecer garantia de proteção à juventude portadora de “vulnerabilidades sociais”. (ANDRADE, 2010, p.7).

Algumas das políticas públicas, passaram a ser orientadas por critérios previstos nas Normas jurídicas como o Estatuto do Jovem e ECA.

Em 2007, o governo federal reformulou e readequou as ações anteriores em um só programa denominado Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Integrado), com o objetivo de desenvolver modalidades de gestão compartilhada entre Secretaria Nacional de Juventude, Ministério do Trabalho e Emprego, Educação e Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Neste período, as políticas públicas de juventude (PPJ) foram classificadas como: a) universais – políticas dirigidas a toda a população, visando o estímulo à educação, ao trabalho e à renda, à assistência social, à cultura e ao lazer, etc. b) atrativas – pois englobam os pontos de cultura, segurança e o combate à violência (que, mesmo não sendo dirigidas especificamente à juventude, possuem maior incidência sobre ela) e c) exclusivas, sobretudo no que diz respeito à criação do Projovem Integrado, programa cujas políticas específicas são dirigidas aos jovens entre 15-29 anos. (ANDRADE, 2010, p.10).

Em 2011 foram criados pelo governo federal, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Para estimular a participação juvenil, foi criado o Observatório Participativo da Juventude (Participatório) um espaço interativo de promoção da participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude.

O esforço de promoção de um novo paradigma para a segurança pública brasileira, guiadas pela conexão entre repressão e a prevenção do delito, culminaram no desenvolvimento de instrumentos do Programa nacional de Segurança pública com Cidadania (PRONASCI) desenvolvido pelo Ministério da Justiça do Brasil.

A lei que estabelece o programa de prevenção, o controle e a repressão da delinquência, o estabelecimento das políticas sociais e as ações de proteção às vítimas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

Assim, foi criado o PRONASCI, para cumprir com as ações até o ano de 2012, e teve como foco de atuação as áreas metropolitanas.

Uma das ações previstas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania foi o Projeto de Proteção da Juventude para Territórios Vulneráveis (PROTEJO), que se propôs a assistir aos jovens expostos a fatores de risco pela violência:

O objetivo geral do projeto é identificar, aceitar e dar seguimento aos jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco, vulnerabilidade social ou

exposição a violência, como os ex-condenados, compridores de mediadas educativas, sem teto, ou que vivam em grupos urbanos com altas taxas de homicídios e crimes violentos, através de uma rota de formação social com intenção de reconfigurar suas histórias de vida. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

Apesar de os jovens figurarem como sujeitos de direitos, o desafio da sociedade e dos mentores das políticas públicas é reverter a crença institucionalmente arraigada de que o investimento no ensino de aprendizagens pouco rentáveis, além de funcionar como anteparo ao desemprego, é pouco suficiente para atrair amplos setores da juventude urbana, incluindo autores de atos infracionais. Contudo, o marco histórico da legislação atual mostra-se, ainda, incapaz de superar a tensão entre aquilo que tais políticas almejam e o sentimento de indiferença ou recusa que habita o imaginário dos jovens supostamente beneficiados pelos programas governamentais. (LIMA, 2014, p. 349).

O reconhecimento oficial de que muitos jovens precisam de políticas públicas específicas, devido à condição estrutural de pobreza e exclusão escolar, não legitima, por parte do governo, qualificar a juventude pobre como seres predestinados a aprender e executar tarefas que via de regra, lhes nega possibilidades efetivas de cidadania e realização pessoal. É preciso admitir que frações da juventude brasileira “não recusam, por certo, o interesse e a necessidade de aprender e executar alguma profissão na estrutura social” da qual fazem parte, mas gostariam de ter “voz ativa” no processo decisório de escolha profissional. (LIMA, 2014, p. 350).

Embora o ECA exista há 28 anos, ainda é desconhecido por grande parcela da sociedade, isso faz com os direitos e valores propostos no documento não sejam respeitados. O que se percebe, é que não basta uma visão normativa, por mais que esteja em conformidade com os anseios mundiais para o termo, há que se dedicar para mudar a visão sócio-cultural, esse processo, além de lento, pode ser doloroso. (VILAS-BOAS, 2011, p. 57).

Aceitar que os jovens são sujeitos de direito, significa que são pessoas em desenvolvimento e que portanto tem um conjunto de direitos fundamentais. Costa (1993) sugere, que para que haja essa mudança é fundamental um “salto triplo”:

- Primeiro Salto: Necessidade de Alteração no Panorama Legal: Necessidade de que os Municípios e Estados se adequem à nova realidade normativa.

Necessidade de implementação dos conselhos tutelares de forma efetiva, com meios para tal, bem como os fundos destinados à infância.

- Segundo Salto: Ordenamento e Reordenamento Institucional: Necessidade de colocar em prática a nova realidade apresentada pelo Estatuto da Criança e Adolescente. Conselhos dos direitos, conselhos tutelares, fundos, instituições que venham a executar as medidas sócio-educativas e a articulação com as redes locais para a proteção integral.
- Terceiro Salto: Melhoria nas formas de atenção direta: É necessário todo um processo de alteração da visão dos profissionais que trabalham de forma direta com as crianças e os adolescentes. É necessário alterar a maneira de ver, entender e agir. Os profissionais que tem lidado com as crianças e os adolescentes tem, historicamente, uma visão marcada pela prática assistencialista, corretiva e a maioria das vezes meramente repressora. É necessário mudar essa orientação. (COSTA, 1993, p. 72).

Essa mudança será possível se a sociedade trabalhar unida, entender que o jovem é sim sua responsabilidade, precisamos mudar a visão de jovem problema, e passar a ver todos os jovens como futuro da nação.

Para Lima (2009) é preciso superar valores morais contrapostos, que leva muitos jovens submetidos às metas culturais de sucesso econômico e que, porém, devido a uma constelação de fatores, violam os meios considerados legítimos de obtê-las, entram na lista dos desviantes, perigosos e contágio moral. Esta clientela de desajustados sociais justifica a produção de discursos, saberes e práticas institucionais que declaram os benefícios da desobediência àqueles que prometam mudar de vida e submeter-se à aprendizagem e execução de ocupações moralmente valorizadas pelo Estado.

Por outro lado, a crença de que especialização profissional possibilitam a acensão econômica não faz parte do imaginário da juventude à margem dos bancos universitários. Como pode-se observar pelos altos índices de desistência e evasão presentes no Programa nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). (TABELA 2).

TABELA 2 – ALUNOS INGRESSANTES E DESISTENTES DO PROJEVEM URBANO NA CIDADE DE CURITIBA-PR, 2013.

SITUAÇÃO DOS ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS
Inscritos	600
Desistentes	200
Matriculados	490
Frequentando	150
Recebendo Bolsa	90

FONTE: Freire e Lima (2013, p.8).

Comparando-se o número de jovens que se inscreveram e frequentam o programa percebe-se a importância de repensar os propósitos e as estratégias governamentais de criação deste modelo de políticas públicas de inclusão juvenil. A maioria dos jovens consultados afirma que o recebimento de uma bolsa mensal no valor de R\$ 100,00 é o principal motivo para a permanência e frequência ao programa. A exclusão de muitos jovens do acesso e obtenção do diploma universitário representa uma séria e constante ameaça de que setores da população juvenil, em situação de vulnerabilidade social, terão de conviver com o fantasma do trabalho precário e o subemprego.

Como nos alerta Wacquant, os governos optam por alternativas antidemocráticas como forma de sensibilizar e conter o medo das classes médias urbanas. Assim, as autoridades políticas se comprometem a normatizar o trabalho assalariado precário e localizar, na figura dos andejos, maltrapilhos, pedintes, desempregados ocasionais ou estruturais, a fonte desestabilizadora da ordem e da insegurança urbana. (Wacquabt, 2001, p.18)

A classificação de atos e comportamentos considerados bem ou mal sucedidos se subordina à construção de contrapontos morais empiricamente identificáveis como local de moradia, cor da pele, uso de vestimentas, tipo de linguagem, etc., os quais segundo Lima (2014) servem para operar a distinção entre certo e desejável, o errado e o repugnante. Corroboram com o discurso do politicamente correto a mídia e seu discurso recomendando a interdição ou reprovação de ações

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considera-se importante uma educação para a cidadania construída não apenas no discurso, mas para a experimentação de acontecimentos. Para tanto, é importante a construção de espaços participativos desde e para os jovens, e que estimule o sentido de pertencimento em relação a suas ações diárias.

Porém, o que a prática tem nos mostrado, são instituições poluídas com conceitos ideológicos e preconceituosos, deixa-se de ver o sujeito de direitos e reforça ações de ascensão social. O Estado, que usa de crenças pedagógicas em cursos profissionalizantes dos quais os jovens, seus principais alvos, não conferem tal legitimidade, uma vez que executam tarefas repetidas e com pouco espaço para reflexão sobre seu trabalho, sobre o delito cometido, ou sobre a sociedade como um todo. Podem-se sugerir que esta prática de cidadania, da maneira como está prevista se destaca como um incentivo para prevenir a “delinquência”.

Por outro lado, as tentativas de “ouvir” aos jovens, oferecendo espaço para o desenvolvimento de liderança, ainda não é garantia nas políticas públicas. Em parte isso se deve a falta de consenso sobre o tema, porém também influencia a ideia de que os jovens necessitam ser protegidos por adultos. Ações como o projeto da Casa da Juventude, tem um viés de política voltada para os jovens problema, para tal, vincula-se ao Ministério da Justiça, e tem atuação em áreas de “risco”. O que fica mais aparente, quando observamos o objetivo principal de tal projeto, que é a prevenção da delinquência.

Já políticas voltadas para jovens como futura da nação, como no caso do PROUNI, FIES e mesmo do PROJOVEM, tem como articuladores o Ministério do Trabalho e Emprego, Educação e Desenvolvimento Social, que terão um outro entendimento e darão outro tratamento aos jovens.

Assim, diante de uma realidade econômica e sociocultural que provoca revoluções de comportamento e minam a credibilidade de valores e instituições, é preciso romper com velhos paradigmas ao propor políticas públicas e pesquisas acadêmicas, e partir do ponto de vista dos jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. E isso, talvez seja possível de forma pacífica, dando voz e conferindo legitimidade a discussões e deliberações das organizações sociais de base das quais os jovens sejam participantes.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Ricardo Henrique Pereira. O jovem, o estatuto da juventude e a EC 65/2010. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 93, out 2011. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10545.com.br Acesso em: 20 fev. 2018.
- ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude como questão social e o jovem como sujeito de políticas públicas no Brasil.
- BRANCHER, Leoberto Narciso. Organização e Gestão do Sistema de Garantia de Direitos da Infância e da Juventude, in: **Encontros pela Justiça na Educação** – Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2000. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/me000571.pdf>> Acesso em: 22 fev.2018
- COSTA, Antonio Carlos Gomes. **É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município**. São Paulo: Editora Malheiros, 1993.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.
- FIGUEIREDO, Ivanilda. **Políticas Públicas e marco legal da socioeducação no Brasil**. Brasília: Escola Nacional de Socioeducação, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2º Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- GOULART, Marcos Vinicius da Silva. Incursões biopolíticas: o poder jovem nas tramas da arena pública. 2011. 111 fls. **Dissertação** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < [http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf)> Aessa em: 10 jan. 2018.
- LECCARDI, Carmem. **Horizonte del tempo: esperienza del tempo e mutamento sociale**. Milão: Ed. Franco Angeli, 1991.
- LIMA, Cezar Bueno. **Jovens em conflito com a lei: liberdade assistida e vidas interrompidas**. Londrina: EDUEL, 2009.
- LIMA, Cezar Bueno. Juventude e políticas públicas: entre proibições, trabalho sub-remunerado e novas práticas de sociabilidade. In: **Mediações – Revista de Ciências Sociais**; v. 19, n. 1. Londrina, 2014. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/19868>> Acesso em: 15.02.2018.
- LINS, Rodrigo. FIGUEIREDO FILHO, Dalson. SILVA, Lucas. A redução da maioria penal diminui a violência? Evidências de um estudo comparado. In:

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 22, nº 1, abril, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/op/v22n1/1807-0191-op-22-1-0118.pdf>>. Acesso em: 13.01.2018

KOERICH, Bruna Rossi. Liderazgos juveniles en construcción: el proceso de asambleas en la Casa de la Juventud (Canoas, Brasil). In: **Pueblos y fronteras Digital**; 11, n. 22, dez 2016. Disponível em: < <http://www.pueblosyfronteras.unam.mx/index.php/index.php/pyf/article/view/272>>. Acesso em 12.12.2017.

SAEZI, Virginia. El Derecho a ser Joven desde la Prensa Argentina. In: **Educación & Realidade**, Porto Alegre, vol. 42, nº. 4, out, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v42n4/2175-6236-edreal-62360.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2018.

SOUSA, Maria Alda de. A propósito do protagonismo juvenil: quais discursos e significados? 2011. 151 f. **Dissertação** - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2243>> Acesso em: 10 jan. 2018.

SPOSITO, Marília Pontes; RODRIGUES, Paulo César Carrano. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nº 24. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>> Acesso em: 24 jan. 2018.

VILAS-BOAS, Renata Malta. A doutrina da proteção integral e os Princípios Norteadores do Direito da Infância e Juventude. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10588&revista_caderno=12> Acesso em fev 2018.

WACQUANT, Luíq. **As Prisões da Miséria**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

Declaração de autoria e responsabilidade pelo trabalho

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser considerados com plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha, que não houve auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Fabio Luiz Selvo do Nascimento



Curitiba, 16 de março de 2018.